

Pesquisa com voto secreto dá maioria a 4 anos

Tadeu Afonso
Raquel Ulhoa
Simone Salles

BRASILIA — Quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, com regime de governo presidencialista, e eleições em dois turnos para prefeitos, governadores e Presidência da República. Esse é o resultado da pesquisa promovida pelo JORNAL DO BRASIL, que ouviu, através do voto secreto, a opinião de 361 dos 559 parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte. O trabalho foi realizado por repórteres, nos últimos 12 dias — simultaneamente ao prazo concedido à coleta de assinaturas para apresentação de emendas ao texto do relator Bernardo Cabral. Dos 361 constituintes ouvidos, 188 (52%) são do *Centrão*, que proclama ter 55% dos votos dos 559 constituintes.

A abertura das duas urnas — onde foram recolhidos os votos de deputados e senadores — revelou a “preferência secreta” dos parlamentares pelo mandato de quatro anos (201 votos contra 139) e confirmou uma antiga suspeita sobre o comportamento dos políticos brasileiros: nem sempre defendem publicamente aquilo em que acreditam secretamente. Dos 361 parlamentares ouvidos, 191 são signatários da emenda de Mathews Lensen, que concede cinco anos de mandato para Sarney. No entanto, apenas 139 mantiveram, com a facilidade do voto secreto, essa posição.

Surpresa — A opção pelo regime presidencialista, fragorosamente derrotado na Comissão de Sistematização, é outra surpresa da pesquisa. Desta vez, 173 parlamentares preferiram o presidencialismo contra 156 assumidamente parlamentaristas. A diferença cresce, ainda mais, se forem computados os 28 votos favoráveis ao regime presidencialista mitigado. A realização de eleições em dois turnos foi preferida por 306 parlamentares, dos quais 181 para os três níveis de governo, 55 para a Presi-

dência da República, três para as prefeituras, um para presidente e prefeito e outros 66 para presidente e governador. Apenas 23 optaram por eleições em um turno.

A pesquisa revelou, ainda, que nem todos os parlamentares são amantes das urnas. O deputado Gil César (PMDB-MG), por exemplo, fugiu da pesquisa, afirmando para a repórter: “Desculpe minha filha, mas eu não sou deputado”. Gil César foi “traído” por seu amigo, deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), que desavisado o incentivou à votação: “Vota aí, Gil”. Nem mesmo a convocação de Aguiar deu resultado. O deputado preferiu escapar de “fininho”, dando como desculpa um sorriso amarelo e “falta de tempo”.

O deputado Mattos Leão (PMDB-PR) também não quis votar. A cédula de votação foi deixada em seu gabinete, a pedido dos assessores. Mesmo fora de Brasília, ele responderia por telefone ao chefe de gabinete, que então preencheria a cédula e a depositaria na urna, garantiram. O deputado não confiou sua posição sequer ao assessor. “Ele disse que não ia responder nada. Acho que é o telefone, estão todos censurados, você sabe”, desconversou a secretária.

Mas, se uns não confessam a posição nem às pessoas de confiança, outros preferem declarar abertamente sua posição. Solicitado pelo telefone a votar, o deputado Aloysio Chaves (PFL-PA) procurou o comitê de imprensa da Câmara, onde estava um repórter do JORNAL DO BRASIL, e fez questão de preencher publicamente sua cédula, mostrando-a para quem quisesse ver. Ficou com os cinco anos de mandato, o parlamentarismo e os dois turnos para presidente e governador.

Lutando pelas eleições presidenciais este ano, o senador Afonso Camargo (PTB-PR) ficou com os quatro anos, o presidencialismo mitigado e dois turnos nas eleições de presidente, prefeito e governador. Até identificou seu voto.

um governador com ambições presidenciais, como o de São Paulo, Orestes Quêrcia, tudo o puxa para adiar as eleições. O governador-candidato está diante de uma dúvida angustiante: não pode contrariar a tendência popular e precisa fingir que torce por diretas — já mas, retrai-se diante da evidência de que este ano será muito difícil desincompatibilizar-se, com pouco mais de ano de exercício de mandato. Ano que vem as coisas são muito diversas...

O voto do mesmo votante na pesquisa do JB inspira-se em razões opostas. O parlamentar define a sua preferência numa pesquisa posando para o leitor, mirando a rua, de olho comprido na câmara de televisão, no microfone do rádio, no nome, na foto do jornal. Então, faz a sua barretada à pressão popular, reverencia as suas bases, auscultadas ainda agora, nos vagares do recesso.

Os dois votos carambolam, chocam-se, anulam-se. Daqui até a hora de votar a verdade, para valer, o deputado e senador de duas caras — uma para mostrar ao leitor outra virada para o seu interesse — terá que se decidir. E votar a descoberto, nos cinco anos exigidos pelo governo ou nos quatro da nítida e maciça exigência do povo.

O que sugere que nada está decidido por antecipação. A hora, as circunstâncias da votação, definirão o voto dos que saltam de um lado para o outro e equilibram-se em cima do muro.

Não é apenas a extensão do mandato que está indefinida, ora dobrando-se aos ventos das ruas.

Também não chega a ser inesperada mas também não traduz uma definição.

Decidida mesmo, de pedra e cal, só a eleição em dois turnos e para todos os níveis: presidente, governador e prefeito.

Ao menos aí a maioria mostra coerência e determinação de calafetar as brechas da surpresa.

A Constituinte aproxima-se do gargalo das votações, baloiçando em hesitações. Não há batalhas vencidas de véspera e nem perdas antes da hora do único voto que decide de fato.

1. Mandato de Sarney

Quatro anos	201
Cinco anos	139
Seis anos	12
Branco	7
Nulos	2

2. Sistema de governo

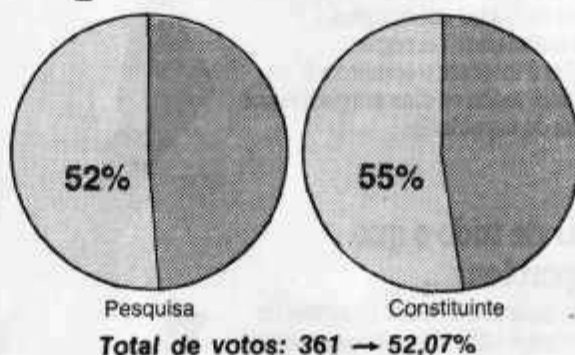
Parlamentarismo	156
Presidencialismo mitigado	28
Branco	3
Monarquia	1 (nulo)

3. Dois turnos nas eleições para

Só presidente	33
Só governador	0
Só prefeito	3
Os três níveis	181

Presidente e prefeito	1
Presidente e governador	6
Branco	18
Um turno	23

Porcentagens do “Centrão” na pesquisa e na Constituinte



No plenário, jogo às claras

O deputado Marcos Lima (PMDB-MG), que da liderança do Governo na Câmara comandou a coleta de assinaturas para a emenda Lensen e participou da pesquisa do JORNAL DO BRASIL, acha que o resultado expõe uma “fantasia ou desejo encoberto” de alguns parlamentares. E explicou: “Voto secreto provoca a vontade de trair”. Mas como em plenário o voto será aberto, Lima confia plenamente no compromisso assumidos pelos 317 signatários da emenda.

Dos 317 parlamentares que assinaram a emenda Mathews Lensen, que concede cinco anos de mandato para Sarney, 191 participaram da pesquisa. A apuração dos votos revelou, no entanto, o apoio de apenas 139 desses parlamentares à tese dos cinco anos. Isto quer dizer que 52 deles assinaram publicamente a emenda, mas retificaram sua opinião com o voto secreto, o que confirma uma antiga máxima do Congresso: a de que assinatura em emenda não é garantia de voto em plenário.

Mais apoio — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, um dos estrategistas do governo na arrematada de assinaturas, também é dessa opinião. “A pesquisa foi secreta, mas o voto em plenário não será”, afirmou. O ministro acrescentou que até a votação da emenda o Palácio do Planalto conseguirá, ainda, reverter um maior número de votos a seu favor. Já o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ferrenho defensor dos quatro anos para Sarney, considerou o resultado “surpreendente”.

— Os que assinaram a emenda dos cinco anos são aqueles que pretendem tirar o máximo do governo e, depois, ficar com as ruas na hora de votar” — sentenciou. A surpresa maior do senador, no entanto, foi pela preferência de 173 contra 156 parlamentares pelo presidencialismo. Mesmo assim, ele acredita que a tese parlamentarista não está de todo perdida, embora admita: “Acho que vai dar isso mesmo, quatro anos com presidencialismo”.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) assinou a emenda Lensen, e foi um dos primeiros a votar na pesquisa. Ele atribuiu ao “dinamismo do setor político” os 201 votos favoráveis aos quatro anos de mandato e fez questão de excluir o *Centrão* — grupo do qual é um dos coordenadores — de qualquer convivência com a emenda, muito embora ela tenha sido inscrita pela maioria dos parlamentares do grupo. A mudança de posição dos 52 parlamentares,

■ A pesquisa foi realizada entre 4 e 13 de janeiro. Cabia a cada constituinte ouvir dobrar a cédula com o voto secreto e depositá-la na urna. Foram feitas três perguntas: 1) O mandato do presidente Sarney e dos futuros presidentes deve ser de 4, 5 ou 6 anos?; 2) O sistema de governo deve ser: parlamentarista / presidencialista / presidencialista mitigado; 3) Nas eleições deve haver dois turnos para: presidente / governador / prefeitos. Os votos foram recolhidos por duas repórteres do JORNAL DO BRASIL, dentro do prédio do Congresso, em duas urnas lacradas. A identificação dos votantes foi feita através da folha de votação da Constituinte, exclusivamente para evitar dupla votação.

Arquivo — 21.8.87



Távora

Crise definirá tempo de mandato

Os defensores do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney não têm a menor ilusão: vai ser impossível transformar em votos as 317 assinaturas dadas à emenda do deputado Mathews Lensen (PMDB-PR), se o ministro da Fazenda, Mailson Nóbrega não der, rapidamente, um jeito na economia. “Ele será o grande eleitor”, acredita o senador Virgílio Távora (PDS-CE), que se diz de oposição mas prevê o agravamento da crise econômica, se houver eleição presidencial este ano. “Assinei a emenda e o senhor Sarney não me deve um* tostão por causa disso”, afirma.

Embora concorde que Sarney depende do sucesso de Mailson, o deputado José Lins (PFL-CE), um dos líderes do *Centrão*, acha que, mesmo que a crise econômica não seja debelada, os cinco anos podem tornar-se fato consumado. “A pressão das bases tem profunda influência sobre a decisão dos parlamentares, mas não se organiza em dois meses. Antes disso nós teremos votado o mandato”, prevê.

Virgílio não tem a mesma segurança do conterrâneo Lins. Conta que no Ceará “é patente o descontentamento do povo com o atual presidente e com o PMDB” e vaticina que, se a inflação subir, “não haverá concessão do Planalto que segure os quatro anos”. Mesmo assim, votará pelos cinco. “O respeitável público não está ciente de que a máquina estatal será colocada à disposição do candidato oficial, o que aumentará o déficit público”, adverte.

Reforma — Lins admite que as 317 assinaturas obtidas pela emenda Lensen não significam “compromisso de voto”. Mas atribui as sucessivas vitórias do *Centrão* no plenário a uma mudança na correlação de forças dentro do Congresso, que forçará o presidente Sarney a fazer nova reforma ministerial.

“O *Centrão* não reivindica, nem mesmo como bloco parlamentar, lugares no ministério. Mas é evidente que o presidente agora deve buscar entre os que o apoiam as forças para governar”, analisa Lins, que acha possível que o *Centrão* vire partido, mas não necessariamente de apoio ao presidente Sarney, “até porque muita gente do *Centrão* não o apoia”.

Por isso mesmo, dentro do grupo não se discute ainda a sério a transição para partido. Manter a unidade até o final da Constituinte é a palavra de ordem. “Se começarmos a falar em mandato, o *Centrão* acaba. Mandato e sistema de governo são pontos explosivos”, diz Lins. Ele acrescenta que a unidade do grupo será vital, também, para manter como está o capítulo do sistema tributário aprovado pela Comissão de Sistematização.

A necessidade de compor tendências dentro do *Centrão* — que obrigou os líderes a aceitarem um substitutivo bem menos conservador do que pretendiam, por exemplo, os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) — fez, também, com que parlamentares fiéis ao governo negassem um pedido de Sarney. Quando, há duas semanas, o presidente convocou um grupo ao Palácio da Alvorada e pediu que o *Centrão* reduzisse o volume de recursos a serem transferidos aos estados e municípios, a resposta foi não. “Explicamos que a questão nos dividia e combinamos apresentar emendas individuais sobre o assunto”, conta o deputado José Lins.

Os votos que escondem as contradições

Villas-Bóas Corrêa

E agora, como é que ficamos? 317 constituintes assinaram a emenda que garante cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, adiando as eleições presidenciais diretas para 89. Mas, em cima do laço, a pesquisa do JB, iniciada antes e que, evidentemente, só ouviu os parlamentares que foram encontrados em Brasília (não usou jatinhos e nem emissários para desencavar antecipações de votos dos que prolongaram o recesso) confirma a impressão de uma significativa maioria percentual em favor dos quatro anos de mandato. Dos 361 parlamentares ouvidos, 64,27% da Constituinte, 201 afirmaram a intenção de voto nos quatro anos e 139 nos cinco anos. Doze, mais realistas do que o rei, vão às últimas e pendem para os seis anos. Brancos e nulos não contam, apenas registram desinteresse.

Ora, antes de explodir em estranheza pela contradição de uma parcela não identificável de parlamentares que assinou a emenda dos cinco anos e, na pesquisa, afirmou a preferência pelos quatro anos, convém tentar entender.

Estamos diante de dois votos de um mesmo constituinte, cada um deles lastreado em razões diversas e conflitantes. O senador ou deputado que se vergou às pressões, barganhou a sua assinatura, cedeu aos argumentos e à cabala do governo, deixou o jamego na emenda por interesse. Desde o mais mesquinho, do apoio trocado por vantagens, pela concessão de FM, chefias, miudezas até a avaliação mais respeitável das suas pretensões políticas. O parlamentar de um PMDB rachado ao meio, sem liderança, perdido e largado, faz as suas contas e conclui que não leva nada e só corre riscos com uma eleição este ano na mafe da impopularidade dos governos, federal e estaduais. Se está ligado ao esquema de



Lima Antônio Carlos

Andrada Sant'Anna

revelada pela pesquisa, foi assim justificada por ele:

— O fato de alguém assinar não quer dizer, necessariamente, um apoio formal. Eu, por exemplo, só sou favorável ao mandato de cinco anos se for com o regime presidencialista mitigado. Mas em princípio, voto com os quatro anos. Ou seis anos, se for parlamentarismo puro — explicou.

Sant'Anna — O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, que tanto se empenhou na coleta de assinaturas para a emenda Lensen, preferiu ignorar os números da pesquisa, classificando-a de “fortemente subjetiva”. O líder do governo esqueceu que, dos 361 parlamentares ouvidos pelo JB, 191 assinaram a emenda dos cinco anos. A contragosto, Sant'Anna admitiu que “nem sempre assinatura representa voto”, mas emendou-se rapidamente: “Essas assinaturas, no entanto, não são comuns”.

— Olha, é muito estranho. Não dá para entender nada — desabafou o líder do PDS, deputado Amaral Neto, ao analisar o resultado da pesquisa. A única justificativa que encontrou para a “preferência secreta” dos parlamentares pelo mandato de quatro anos foi o descompromisso entre voto e assinatura. “A assinatura permite que a matéria seja levada à votação. O voto já é outra coisa”, disse, dando seu próprio exemplo: “Hoje, eu sou pelos cinco anos, mas posso ser obrigado a evoluir minha posição para o mandato de quatro anos. Tudo vai depender do quadro político do país”, concluiu.